



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

Edital de Leilão Judicial Unificado 5ª Vara do Trabalho de Barueri/SP

Processo nº 1000048-58.2022.5.02.0205

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 15/07/2025, às 11:06 horas, através do portal do leiloeiro Mauro da Cruz - www.alienajud.com.br/ serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: RENATA AMORIM DA SILVA SOUZA, CPF: 356.014.608-92, exequente, e FINGERPRINT PROCESSAMENTO DE DADOS, GRAFICA, EDITORA E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ: 72.945.587/0001-12, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

1) VEÍCULO DE PLACA FSC1730 - Barueri/SP, RENAVAM: 1004105344. CNPJ DA PROPRIETÁRIA: 72.945.587/0001-12. DESCRIÇÃO: 01 (um) veículo Marca/Modelo: I/M.BENZ 415 CDI SPRINT F; Ano/Modelo: 2013/2013; Combustível: Diesel; Cor: Branca. Certificou o Oficial de Justiça em 01/04/2024: "em razoável estado de conservação.". OBSERVAÇÕES: 1) HÁ DÉBITOS DE IPVA: R\$ 3.439,00 em 23/08/2024; 2) HÁ RESTRIÇÃO ADMINISTRATIVA: COMUNICAÇÃO DE VENDA; 3) HÁ RESTRIÇÃO JUDICIÁRIA: BLOQ. RENAJUD - TRANSFERÊNCIA; 4) HÁ OUTRAS RESTRIÇÕES RENAJUD; 5) HÁ DÉBITO DE LICENCIAMENTO (ÚLTIMO LICENCIAMENTO EFETUADO: EXERCÍCIO 2022). Avaliação: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais); e

2) VEÍCULO DE PLACA EIR4398 - Barueri/SP, RENAVAM: 148358101. CNPJ DA PROPRIETÁRIA: 72.945.587/0001-12. DESCRIÇÃO: 01 (um) veículo Marca/Modelo: I/M. BENZ 311 CDI STREET F. Ano/Modelo: 2009/2009; Combustível: Diesel; Cor: Branca. Certificou o Oficial de Justiça em 01/04/2024: "em razoável estado de conservação.". OBSERVAÇÕES: 1) HÁ DÉBITOS DE MULTAS: R\$ 585,52. HÁ DÉBITOS DE IPVA: R\$ 2.592,26 em 23/08/2024; 2) HÁ RESTRIÇÃO ADMINISTRATIVA: BLOQ. RENAJUD - TRANSFERÊNCIA; 3) HÁ OUTRAS RESTRIÇÕES RENAJUD; 4) HÁ DÉBITO DE LICENCIAMENTO (ÚLTIMO LICENCIAMENTO EFETUADO: EXERCÍCIO 2022). Avaliação R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

OBSERVAÇÕES GERAIS: 1) Veículos REMOVIDOS para o pátio do leiloeiro oficial Sr. Eduardo Jordão Boyadjian, com endereço na Rua Alexandre Aliperti, 340, Vila Água Funda, São Paulo/SP - CEP: 04156-110; 2) Conforme despacho do Juízo da Execução (id: f064b22): "...Quanto aos débitos e restrições junto ao DETRAN-SP, decido nos seguintes termos. A transferência da propriedade por arrematação judicial é aquisição originária e livre de ônus, tributos ou de quaisquer outras restrições, por haver quebra da relação jurídica entre a coisa e o ex-proprietário. Assim dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional: "No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço", aplicável por analogia ao presente caso. Assim, o(a) Arrematante não responderá pelos débitos e multas anteriores à arrematação e efetiva posse do veículo. Para tanto, o Juízo expedirá ofício ao DETRAN para liberação da transferência do veículo. No que tange à destinação do valor da arrematação, nos termos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

do art. 186, caput, parte final, do Código Tributário Nacional, a dívida trabalhista tem preferência à tributária ou de natureza tributária. Isso significa dizer que, após pagos todos os débitos do processo trabalhista, não sendo suficiente o remanescente para quitação de eventuais impostos, taxas de licenciamento, multas, etc, o órgão competente deverá ajuizar a ação contra o sujeito passivo daquela obrigação (ex-proprietário), quer tributária ou não...".

Valor Total da Avaliação: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Local dos bens: Rua Alexandre Aliperti, 340, Vila Água Funda, São Paulo/SP - CEP: 04156-110.

Total da avaliação: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Lance mínimo do leilão: 40%.

Leiloeiro Oficial: Mauro da Cruz.

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: contato@alienajud.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro prego.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.